

POTENCIALIDADES SOCIOECONÔMICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Mikael Bernardo Vasconcelos de ARAÚJO (PIBIC/UEPB) – mikaelbernado_cg@hotmail.com
Rafaela Dias FERNANDES (PIBIC/UEPB) – rafaela_dadiva@hotmail.com
Ângela Maria Cavalcanti RAMALHO (DFCS/UEPB) - angelaramalho@oi.com.br

RESUMO

O estudo tem como foco principal analisar como a economia solidária, a partir das potencialidades locais, tem contribuído para o desenvolvimento local sustentável, para compreender como se processa as relações sociais, econômicas e ambientais que viabilizam a geração de renda e a sustentabilidade ambiental. A metodologia foi do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, tomando como base um levantamento das atividades socioeconômicas em potencial desenvolvidas e os empreendimentos que se enquadram dentro dos princípios da economia solidária existentes no *locus* da pesquisa - Remígio, PB. Os resultados apontam que o município possui um potencial econômico e social significativo, estes elementos provocam mudanças na ocupação, geração de renda e nas formas de produção e comercialização, com indicadores que viabilizam o desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Potencialidades Socioeconômicas, Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária surge no Século XIX como um movimento social na Inglaterra, como forma de resistência - por parte da população socialmente excluída - ao crescimento desenfreado do capitalismo industrial, levando milhares de trabalhadores a se organizarem na busca da melhoria da qualidade de vida.

Como resultado, com força cada vez maior os empreendimentos solidários surgiram como “respostas a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social. Mas, em determinadas regiões, a economia solidária atingiu densidade tal que domina a vida econômica e pauta a sua expansão” (SINGER, 2002, p.121).

Sendo assim, a Economia Solidária pode ser entendida como uma rede de ideias e experiências que traz no seu bojo raízes históricas que se encontram focalizadas nas ações e lutas das organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos ativistas nas universidades e nas igrejas. Um movimento que se fortalece e se organiza a cada dia, recebendo apoio da sociedade civil, do poder público e das empresas.

Desse modo, a exequibilidade da economia solidária é possível se concretizar através de vários segmentos sociais organizados, dentre os quais se destacam: grupos informais, cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços, entidades e grupos de crédito solidários como bancos comunitários e fundos rotativos; empresas de autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo dentre outras iniciativas.

Destarte, a mobilização, a organização dos atores sociais em associações e/ou em cooperativas viabiliza a criação de redes solidárias na busca da geração de trabalho e renda dos atores sociais nos diversos territórios e a promoção do desenvolvimento local de forma sustentável.

Assim, a economia solidária preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão

alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista, reafirmando a emergência de milhares de trabalhadoras e trabalhadores se emanciparem como sujeitos históricos.

Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Desse modo, a literatura acadêmica-científica versa que a economia solidária é

[...] um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida (SINGER, 2002, p.48).

Vale ressaltar que a economia solidária não se confunde com o chamado "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A economia solidária reafirma a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos.

Evidencia-se que muitos trabalhadores no mundo inteiro estão se unindo para fazer e vivenciar a Economia Solidária porque entendem que os frutos da economia capitalista dominante, como a exclusão social, o desemprego e a degradação do meio ambiente, são muito amargos e sacrificantes. Rompendo com a lógica do lucro, na Economia Solidária o mais importante é a vida. Para tanto, essa economia funciona a partir de empreendimentos todos os participantes decidem em conjunto, cooperando sem hierarquias ou patrões.

Desse modo, a economia solidária vem substancialmente, se espalhando em todo o planeta, com milhares de empreendimentos econômicos, apresentando como uma importante estratégia para gerar trabalho e renda, diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, aglutina homens e mulheres na busca de conquistar condições de vida mais dignas através de múltiplas e diversas experiências que

vão das fábricas recuperadas pelos trabalhadores e sob a égide da autogestão passando pelos grupos de produção associada, sejam eles formalizados ou não em associações ou cooperativas, pelos grupos de produção familiar, de mulheres, de artesãos (às), de grupos de pescadores, de catadores e recicladores de resíduos sólidos, pelos engajados em bancos e fundos rotativos comunitárias, em redes de cooperação e cadeias produtivas ou em grupos associados de prestação de serviços ou de consumo e etc. (LIMA, 2011).

Sendo assim, no contexto atual observa-se que a economia solidária vem se transformando em um mecanismo eficiente na busca da geração de ocupação e renda. Seus empreendimentos são formados em sua predominância por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregos e pelos empobrecidos (CULTI, 2008).

Neste cenário o empreendimento econômico solidário viabiliza a manutenção do emprego local a partir de uma demanda dos serviços disponíveis nos territórios; também a permanência de uma parcela significativa da população jovem e adulta na gestão do território; manutenção do emprego agrícola para assegurar outros serviços multifuncionais incluídos os ambientais e os turísticos. Além evidentemente da manutenção da paisagem e do meio ambiente, através de uma agricultura com um povoamento regional equilibrado; manutenção do *habitat* no espaço rural, como fundamentos pautados em princípios ecológicos.

No Brasil as diversas redes de economia solidária são realizadas por movimentos sociais e pelo o poder público, como uma alternativa para gerar trabalho e renda. O ano de 2003 foi o grande marco da economia solidária com a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego, com a institucionalização de sua secretaria nacional, a economia solidária se tornou uma política pública federal.

Apesar das potencialidades e recursos existentes no Brasil, vários são os indicadores que revelam o cenário de desigualdade e exclusão social, no qual a maioria dos brasileiros encontra-se em condições de desemprego, trabalho precarizado ou desqualificados para alcançarem melhores oportunidades.

O discurso da economia solidária brasileira pauta-se, então, pelo valor atribuído à democracia, igualdade e autogestão dentro dos empreendimentos, portando aparece como uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral e outros.

Com bases nesses pressupostos o estudo tem como foco principal analisar como a economia solidária a partir das potencialidades locais tem contribuído para o desenvolvimento local sustentável. Buscando compreender como se processa as relações sociais, econômicas e ambientais nos empreendimentos Econômico Solidário e com isso obter atuações concretas sobre a exequibilidade da Economia Solidária a partir de seus princípios estabelecidos abrindo um leque de oportunidade para a observação da humanização do trabalho, geração de renda e a sustentabilidade ambiental.

Quanto à metodologia como caminho para o desenvolvimento da pesquisa em função do objeto estudado optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa, tomando como base um levantamento das atividades econômicas e sociais em potencial desenvolvida na cidade de Remígio, PB e os empreendimentos de economia solidária existentes no município.

A partir do enfoque elucidado, evidencia-se que formação de redes de economia solidária é um passo importante para a construção do processo de desenvolvimento local, além da construção da identidade territorial com base nas potencialidades locais, que permita aos atores sociais - trabalhadores uma reação autônoma através de novas modalidades de trabalho para a geração de renda. Perspectiva que indica caminhos para se erigir o processo de desenvolvimento local sustentável.

1. Economia Solidária, Potencialidades Econômicas e Desenvolvimento Sustentável

A economia solidária contribui para a configuração de uma nova realidade social ao proporcionar a geração de um trabalho emancipado, autônomo e constituído de trabalhadores e consumidores como sujeitos históricos para superação dos problemas sociais oriundos da lógica sistêmica que gerou graves problemas sociais e ambientais.

Portanto, a economia solidária torna-se possível a partir da interface cooperação, autogestão e solidariedade entre os atores sociais na realização das atividades econômicas, ao estabelecer novas relações entre produtores e consumidores contribuindo para o surgimento cada vez mais de movimentos emancipatórios na sociedade.

Sendo assim, o empreendimento econômico solidário viabiliza a manutenção do emprego local a partir de uma demanda dos serviços disponíveis nos territórios; também a permanência de uma parcela significativa da população jovem e adulta na gestão do território; manutenção do emprego agrícola para assegurar outros serviços multifuncionais incluídos os ambientais e os turísticos. Além evidentemente da manutenção da paisagem e do meio ambiente, através de uma agricultura com um povoamento regional equilibrado; manutenção do *habitat* no espaço rural, a partir de princípios ecológicos.

Assim, diante da perspectiva de uma sociedade mais justas, o movimento da economia solidária deve se fortalecer como uma das alternativas à crise econômica e de emprego, bem como ao

enfrentamento de instabilidades sociais e ambientais, com isso o movimento ganhou força nacional disseminando assim, os princípios de solidariedade e participação e criando novos empreendimentos.

Também o fortalecimento das relações nas cooperativas populares têm proporcionado, a seus integrantes, possibilidades de vislumbrar a diminuição do desemprego e da exclusão social. Porém, a partir do momento em que se articula com outros movimentos sociais e, ampliam suas agendas, passam a atuar como agentes de mudanças sociais no território em que atuam. Isto significa que se apresentam, num primeiro momento, como instrumentos de proteção social e num segundo momento, como instrumentos de mudança social.

Neste processo de organização da sociedade civil, busca-se a concretização da *práxis* a partir da reorganização do processo de produção, comercialização e consumo com vistas à promoção da coletividade de forma equitativa, com uma distribuição da riqueza socialmente produzida, com base na autogestão dos trabalhadores. Vislumbrando um desenvolvimento que seja solidário e principalmente sustentável, propiciando a melhoria da qualidade de vida de milhares de trabalhadores no campo e na cidade.

Assim sendo, é relevante assinalar que o desenvolvimento precisa ser entendido como a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais, e terminando nos direitos ditos coletivos, entre os quais está, por exemplo, o direito a um ambiente saudável (SACHS, 2008).

Com base nessa lógica, o desenvolvimento deve possuir qualidades inerentes, como ser sustentável, endógeno, integrado, social e humano, para que assim consiga atingir todas as classes sociais. O desenvolvimento é uma construção social que consegue estabelecer uma dinâmica territorial nas quais são potencializadas as fontes de poder e de riqueza locais, através da interação estratégica entre atores sociais, políticos, econômicos e culturais, considerando seus recursos físicos, humanos, culturais além de sua infraestrutura (SACHS, 2008).

Este viés elucida que o desenvolvimento sustentável, se baseia em pressupostos éticos que demandam duas solidariedades interligadas: solidariedade sincrônica, com a geração a qual pertencemos, e solidariedade diacrônica com as gerações futuras, o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras, reduzindo as possibilidades de reprodução e desenvolvimento futuro (Op cit., 2008).

Relevante pontuar ainda, que o desenvolvimento local deve ser concebido a partir das concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais (COSTABEBER e CAPORAL, 2003).

Sendo assim, as potencialidades socioeconômicas locais são fundamentais na composição de mecanismos estratégicos de desenvolvimento local. As potencialidades são constituídas de seus aspectos sociais, culturais e históricos, do capital social existente e acumulado, da identidade ou pertencimento dos que nasceram na região, além do acervo natural que caracteriza a localidade e o visual fotográfico que embeleza o local, cuja população está sempre em cooperação umas para com as outras ao mesmo tempo em que recebe informações externas para buscarem implantar um processo de desenvolvimento.

A partir dessa perspectiva evidencia-se que os empreendimentos de economia solidária particularmente, nas regiões do semiárido, pode se caracterizar como a mola propulsora para guiar as atividades desenvolvidas partir das potencialidades socioeconômicas nos espaços urbanos e rurais na busca do desenvolvimento local sustentável. Considerando ainda, que as atividades econômicas no meio rural são desenvolvidas e se processam na agricultura familiar utilizando basicamente a mão de obra da família.

Evidencia-se ainda que a agregação dos valores dos produtos de cada território traz na sua matiz um fator significativo que são as tradições culturais regionais e os modos específicos de manufaturar os

produtos oriundos de cada cidade e região, também os recursos naturais geograficamente diferenciados e históricos é um diferencial significativo do produto confeccionado em dada região.

Segundo Amaral Filho (1996) as regiões que possuem maior abrangência na agregação de valor poderão aumentar a produção, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda. Desse modo, define que o desenvolvimento local.

[...] é um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional (Op. Cit., 1999).

Sendo assim, evidencia-se que o desenvolvimento local no semiárido demanda um incentivo e apoio a empreendimentos econômicos solidários incluídos, a partir da produção de bens e serviços de pequenos empreendedores (individuais, ou em associações ou cooperativas), que possam contar com um mínimo de suporte e incentivo nas ações das políticas públicas, para alavancar de forma sustentável, atividades econômicas que possibilitem ocupação e renda dos habitantes dessa região.

Diante dos desafios da problemática social, econômica e ambiental do semiárido que se configura em um cenário que mutila sonhos, esperanças e felicidade dos sujeitos que os constrói, descortina-se movimentos, fluxos, descontinuidade e, extasiados e perplexos diante da realidade posta, descobre-se também, que nos faltam conceitos e até mesmo palavras que permitam indicar o que está diante dos nossos olhos, por isso precisamos buscar respostas nas descobertas feitas através dos estudos metódicos desenvolvidos cotidianamente.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da investigação científica o caminho metodológico percorrido no primeiro momento foi uma pesquisa bibliográfica com base em aportes teóricos que analisam as categorias economia solidária e desenvolvimento sustentável. Seguido de uma pesquisa exploratória a partir de um mapeamento das atividades econômicas e sociais em potencial desenvolvidas na cidade de Remígio, PB.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa se procedeu ao levantamento de dados sobre as potencialidades no *locus* social pesquisa. Para isso se entrevistou líderes comunitários assim com funcionários de instituições públicas, pesquisadores e pessoas ligadas ao desenvolvimento do município. Na segunda fase se procedeu à coleta de dados primários - que foram coletados utilizando a técnica da observação participante e a entrevista semiestruturada.

Tomou-se como cenário o local para apreender como potenciais econômicos e sociais ecoam na estrutura do local operando profundas transformações em todas as manifestações da vida cotidiana: mudando estruturas, formas de pensar e de compreender o mundo, transformando-se em uma grande força de ação social coletiva que poderá provocar o alavancamento do processo de desenvolvimento local.

Algumas questões descortinadas pela pesquisa sobre desenvolvimento econômico sugerem investigações mais detalhadas, como experiências de desenvolvimento local, implantação de redes de economia solidária, a participação da sociedade nos processos de planejamento e conselhos, fóruns e outras instituições; o papel dos governos municipais e estaduais no fomento as atividades produtivas e competitivas dos territórios.

2.1. Caracterização da área estudada

O município de Remígio está localizado na Microrregião do Curimatáu Ocidental e na Mesorregião Agreste Paraibano do Estado da Paraíba de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A cidade de Remígio tem população estimada em 17.581 habitantes e área territorial de 178 km² representando 0.3155% do Estado, 0.0115% da Região e 0.0021% de todo o território brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 593 metros distando 109,7 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, PB.

O município de Remígio está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta.

Assim, Remígio fica no topo da Serra da Borborema. Na encosta voltada para o lado do mar encontra-se a região mais chuvosa, o brejo. Na encostada voltada para o Norte fica a região mais seca, o Curimatáu. E nos envoltos do município tem o agreste, que é uma transição dessas duas regiões.

A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólicas e Caducifólicas, próprias das áreas agrestes. O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro.

Nas Superfícies suave onduladas a onduladas, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os Podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Nas Elevações ocorrem os solos Litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos Vales dos rios e riachos, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura média/argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e problemas de sais. Ocorrem ainda Afloramentos de rochas

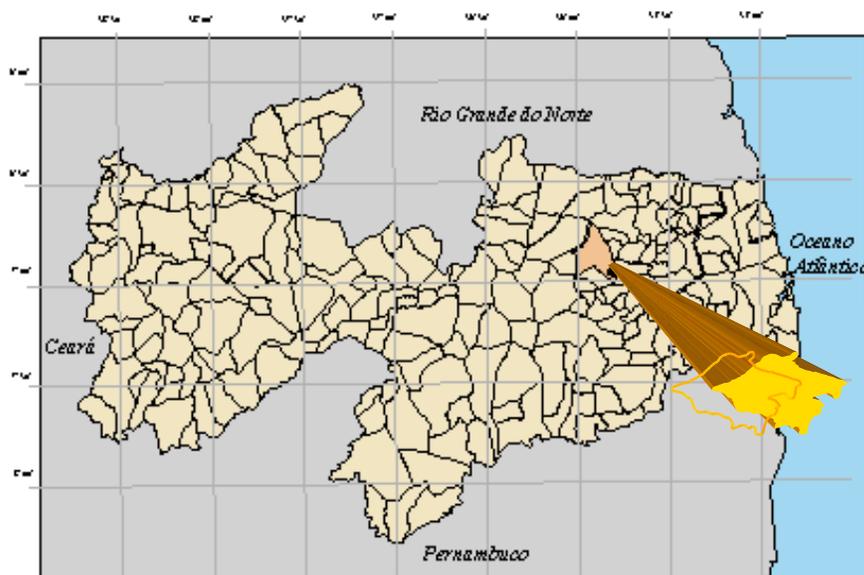


Figura1: Localização da área de estudo

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da pesquisa exploratória desenvolvida foi possível mapear as potencialidades econômicas da cidade Remígio no estado da Paraíba, associando-as a exploração econômica de produtos e serviços que se destacam por sua qualidade, peculiaridade e cultura. O município possui características específicas para o desenvolvimento de um produto ou serviço com diferenciação dos demais existentes no mercado, além de qualidades intrínsecas agregadoras de valor, como por exemplo, a tradição, a cultura e os saberes envolvidos nos produtos/serviços que são associados a produtos amplamente comercializados no Estado e em outras regiões.

Esses produtos carregam consigo uma chancela e associa o produto/atividade/serviço a uma determinada região do Estado. Muitas vezes associando o produto a cidade, tornando-o o cartão de visitas, construído durante anos pela tradição.

O estudo possibilitou ainda apontar o potencial no município em análise, verificando como estes elementos podem provocar mudanças na ocupação e geração de renda, além das formas de produção e comercialização, contribuindo para um mapeamento mais ampliado de indicadores que viabilizam o desenvolvimento local, servindo de base para um estudo mais aprofundado em um segundo momento.

Sinalizando ainda, que as atividades que são exploradas não recebem o devido apoio e incentivo através das políticas públicas, no processo de desenvolvimento de aptidões econômicas e dotação de empreendedores (individuais ou coletivos) locais de capacitação e infraestrutura para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Assim, a aptidão agrícola no município muda de acordo com o seu ambiente. Na região mais úmida onde se encontra os Sítios Camará, Caiana e Mata Redonda observa-se uma estratégia econômica viabilizada através do plantio de laranja e banana. Próximo à cidade fica a região do brejo com uma concentração maior de áreas de “roçado” (produção para subsistência), como o feijão, o milho e fava, além da produção de tubérculos e hortaliças, como a batata doce, macaxeira e cenoura.

Na região do Agreste e Curimataú se encontram as áreas de assentamento da reforma agrária. Essa área tem produzido bastante feijão e milho, chegando a produzir toneladas significativas, sendo que 60% são comercializadas nas feiras livres no município e o restante nos municípios circunvizinhos.

A criação animal está mais localizada nesta região, como gado, ovelhas e cabras, sendo a renda familiar rural mais significativa, existindo outras rendas com as pequenas criações.

No mercado da agricultura familiar tem comerciantes que compram direto nas propriedades, realiza a venda dos produtos na feira livre, outros agricultores estão envolvidos em programas de aquisição de alimento nas políticas públicas do Governo Federal. Além dessas culturas há também comercialização de amendoim, castanha de caju, inhame e outras frutas no Agreste. Também a criação de pequenos animais, como galinha e peru em épocas de São João e Natal. “Casando a cultura com as culturas”

No que diz respeito à organização social dos trabalhadores no município, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio tem um trabalho amplo e significativo na agricultura familiar agroecológica. Esse trabalho tem como princípio básico a agroecologia, a autonomia e os princípios da economia solidária. Esses três princípios atuam em *interface*. O trabalho é organizado em comissões temáticas por interesse, formado através das comissões: saúde e alimentação, sementes, água, criação de animais e placas, que no período de longa estiagem recebe recursos de algumas ONGs.

Os recursos recebidos das ONGs são transformados em fundos rotativos solidários com a gestão da própria comunidade. Anteriormente havia nas comunidades apenas cinco cisternas, todavia em dois ou três anos se multiplicavam em mais de mil cisternas de placas.

Relevante assinalar, que em 2005 no município houve um salto de qualidade no programa de FRS (Fundo Rotativo Solidário), com a criação da comissão de saúde e alimentação. Também foi criado um fundo rotativo com telas na criação de galinhas, como plásticas para cilagem e troca de

sementes. Na comunidade Lagoa do Jogo o fundo rotativo solidário tem apoiado várias iniciativas tanto de teor econômico como social, a exemplo do frete do transporte para o deslocamento dos produtos dos agricultores, além da ajuda nas copias de documentação para aposentadorias.

Dessa forma, é importante potencializar o local para dinamizar a reciprocidade entre os atores sociais, além evidentemente dos mecanismos redistributivos de renda na busca da melhoria da qualidade de vida, a partir das diferentes formas de organização pensando na gestão econômica centrada na comunidade, com capacidade de auto-organização no campo político, econômico, social e ambiental.

Assim sendo, constata-se um significativo fortalecimento da organização dos trabalhadores no município, contribuindo significativamente para a ampliação do número de associações, que hoje conta com cerca de 30 associações, dentre elas a Associação Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (ACODECA), Associação dos Produtores Rurais do Município de Remígio (APROMUR), Associação dos Agricultores Familiares das Comunidades de Malacheta e Jacaré (AAFCMJ).

Destaca-se a Associação de Comunidade Negra de Camará - ACONCA, uma comunidade remanescente de quilombo que residem cerca de 26 famílias. Sua principal fonte de renda vem da agricultura camponesa (produção de laranja, manga, abacate, entre outros). Tem como objetivo o fornecimento de alimento para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e essa instituição distribui os produtos para os projetos solidários existentes no município, também com as famílias de baixa renda.

A comunidade tem um potencial de capital social significativo, principalmente o cultural e os traços geográficos com um enraizamento social peculiar, se caracterizando como um mecanismo para o processo de desenvolvimento sustentável local.

Dessa forma, é importante potencializar o território para dinamizar a reciprocidade entre os atores sociais, além evidentemente dos mecanismos redistributivos de renda na busca da melhoria da qualidade de vida, a partir das diferentes formas de organização pensando na gestão econômica centrada na comunidade, com capacidade de auto-organização no campo político, econômico, social e ambiental.

A partir dos dados obtidos, advindos de pesquisas e da utilização de procedimentos científicos, ou seja, a utilização de conhecimentos teóricos, métodos e técnicas, para compreender quais princípios norteiam esses empreendimentos, com o estudo observou-se que a economia solidária enquanto mecanismo estratégico de desenvolvimento a partir das potencialidades socioeconômicas do território pode contribuir para viabilizar o desenvolvimento local sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização do estudo foi possível evidenciar que o processo de desenvolvimento local requer uma maior aproximação e fortalecimento das relações entre a comunidade e os profissionais denominados como “agentes de desenvolvimento” que são os bancos públicos, serviços públicos (como por exemplo, o SEBRAE), agências de fomento da economia solidária, ligadas à Igreja, sindicatos ou universidades além dos movimentos sociais. Demandando que os “agentes” levem até a comunidade informações necessárias sobre as formas de desenvolvimento e como é possível implantar o processo através do esforço conjunto da comunidade.

Nesse processo, a própria comunidade necessita buscar capacitar-se para o manejo e interpretação das informações, para que possa se empoderar e manter uma relação igualitária com os agentes diante da troca de saberes, também para dialogar sobre as propostas e orientações apresentadas pelos “agentes de desenvolvimento”.

Assim, estabeleceu-se um diálogo profícuo, os atores sociais da comunidade ao mesmo tempo em que recebem ensinamentos também oferecem aos agentes, estabelecendo uma relação dialética de educação política mútua. As experiências das incubadoras universitárias e das cooperativas populares

atestam que este tipo de relação necessária para que o desenvolvimento solidário possa acontecer efetivamente.

Sendo assim, é possível buscar promover o que se considera fundamental para os territórios, principalmente nas regiões semiáridas do nordeste como: gerar ocupação e renda, ampliar o número de proprietários produtivos, elevar o nível de escolaridade da população, além do número de organizações da sociedade civil, para a democratização do acesso à riqueza.

Um elemento importante para instigar a consciência é levar para o conjunto da comunidade as informações necessárias sobre as novas formas de desenvolvimento, o que deve desencadear um processo de educação política, econômica e financeira de todos os atores. No decorrer do processo, instituições vão surgindo por meio das quais a comunidade se organiza para promover o seu desenvolvimento como, por exemplo, assembleia de cidadãos, comissões para desenvolver diferentes tarefas, empresas individuais, familiares, cooperativas e associações de diferentes naturezas.

Diante da discussão sistematizada, é mister ressaltar que efetivamente todo desenvolvimento só acontecerá quando surgirem novos e múltiplos laços de realimentação de saberes e experiências. A partir dinâmica do aumento de mais capital humano cresce o capital social, que vai gerar mais renda e mais capital humano.

A partir dos pressupostos circunscritos, elucida-se que a economia solidária torna-se um elemento medular na composição de mecanismos estratégicos na oxigenação do desenvolvimento local do território ao viabilizar a economia a partir das potencialidades socioeconômicas como meta para gerar localmente trabalho e renda, valorizando a cultura, as aptidões locais e a cooperação empreendida entre os trabalhadores de forma organizada, ao mesmo tempo em que oferece elementos ao poder público local para apoio e incentivo às atividades empreendidas, bem como as políticas públicas com elementos para de traçar um desenvolvimento que se quer sustentável.

Portanto, considera-se, a partir das informações sistematizadas, que os empreendimentos solidários estão vinculados a construção da reorganização econômica, social, política e cultural dos locais e territórios e podem ser vistos como emblemas na construção da economia solidária na sua interpelação com o desenvolvimento comunitário e territorial.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. Dez.1996
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável: texto provisório para debate**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. 54 p. (Programa de Formação Técnica Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, textos, 5).
- SACHS, Ignacy. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo (Orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SACHS, Ignacy; BURSZTYN, Marcel. **Desafios, Possibilidades e Alternativas de Desenvolvimento Sustentável**. Palestra sobre ideias sustentáveis de desenvolvimento. Universidade Federal de Brasília, 2011.
- SCHNEIDER, J. W. **Pesquisa mundial de comércio justo**. Brasília: SEBRAE, 2007.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo:Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. KRUPPA, S. M. P. Senaes e a Economia Solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In:____ **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- SINGER, P; SOUZA, A. R. de. (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).